

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRASFRONTEIRIÇOS
CTGRHT
ATA DA 61ª REUNIÃO

Data: 19 e 20 de agosto de 2013

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEP 505, lote 2,

REPRESENTANTES:

Ministério das Relações Exteriores: Saulo Arantes Ceolin (saulo.ceolin@itamaraty.gov.br);

Ministério dos Transportes: Alexandre Vaz Sampaio

(alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br);

Ministério da Integração Nacional: Jaqueline Barbosa Dutra

(jaqueline.dutra@integracao.gov.br);

Ministério da Defesa: Paulo Renato Pimentel Nogueira (nogueira@ema.mar.mil.br);

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Sanderson Medeiros Leitão

(sanderson.leitao@mct.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente- SRHU: Adriana Lustosa da Costa

(adriana.lustosa@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente - ANA: Antonio Felix Domingues (felix@ana.gov.br);

Ministério das Minas e Energia: Vania Maria Ferreira (vania.ferreira@mme.gov.br);

Irrigantes: Ana Cecília de Freitas Pires Pereira (anacecilia@famasul.com.br);

Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: João

Maria Teles de Souza (telles@casan.com.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: ausente;

Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho

(azefilho@hotmail.com);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente;

Organizações Técnicas: Fabiana da Silva Figueiró (fabiana.figueiro@soutocorrea.com.br);

Organizações de Ensino e Pesquisa: Synara Olendzki Broch (synara.broch@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: Daniel Rubens Cenci (danielr@unijui.edu.br);

Organizações Não Governamentais: ilegível.

DEMAIS PRESENTES:

Carlos Hugo Suarez Sampaio (MMA) – hugo.suarez@mma.gov.br

Jorge Thierry Calasans (ANA) – luiz.amore@ana.gov.br

Julio Thadeu Kettelhut (MMA) – julio.kettelhut@mma.gov.br

Roberto Alves Monteiro (MMA) – roalmonite@ig.com.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 14h25min do dia 19 de agosto de 2013 teve início a 61ª reunião da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT. Item 1 – Abertura: Devido à ausência do **Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto**, então presidente da CTGRHT, a relatora da câmara abriu a reunião explicando a necessidade de empossar o novo presidente antes de prosseguir com a ordem do dia. Sendo assim, foi antecipado o Item 3: Eleição do Presidente da CTGRHT: Representando a Secretaria Executiva do CNRH, a relatora da CTGRHT questionou se haveria indicações para o cargo. O **Sr. Thierry Calasans** manifestou-se favorável à continuidade da representação do Ministério das Relações Exteriores, conforme expressou em reunião anterior. Todos os membros presentes fizeram breve uso da palavra, ratificando a indicação do **Conselheiro Saulo Arantes Ceolin**, chefe da Divisão de Meio Ambiente do MRE, eleito por unanimidade. O **Sr. Saulo Ceolin** agradeceu as manifestações e aceitou presidir a

51 câmara técnica, tendo como suplente o Terceiro Secretário Davi de Oliveira Paiva Bonavides. O
52 novo presidente deu continuidade aos trabalhos, iniciando pelo [Item 2 – Aprovação da ata da 60ª](#)
53 [Reunião da CTGRHT](#): Foram solicitadas alterações na formatação do documento. Em seguida,
54 os membros da câmara técnica que compareceram à última reunião apontaram diversas
55 inconsistências no relato contido na ata enviada previamente pela Secretaria Executiva do
56 CNRH. A **Sra. Ana Cecília Pereira** questionou se houve envio do ofício mencionado na
57 referida ata, o que será verificado pela Secretaria Executiva. A relatora da CTGRHT
58 comprometeu-se a revisar e corrigir a ata em questão e incluirá sua aprovação na pauta da 62ª
59 reunião. Antes de avançar ao próximo tópico previsto, o **Sr. Alexandre Vaz Sampaio** solicitou a
60 inserção na ordem do dia de um sexto tópico: *encaminhamentos referentes à criação de um GT*
61 *para tratar da questão do rio Madeira*. Não havendo objeções, a matéria foi incluída em pauta.
62 [Item 4 – Informe do Grupo de Trabalho sobre “Diretrizes para a Gestão de Recursos Hídricos](#)
63 [em Áreas de Fronteira”\(GT-Diretrizes\) – relatório preliminar da oficina de trabalho](#): A relatora
64 do Grupo de Trabalho, **Sra. Adriana Lustosa**, esclareceu que o informe seria realizado como
65 representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, uma vez que o
66 relatório não foi concluído em tempo hábil para avaliação e considerações dos demais membros
67 do GT. Em sua apresentação contextualizou a realização da Oficina de Trabalho, nos dias 6 e 7
68 de maio de 2013 em Brasília/DF, com o objetivo de *orientar possíveis diretrizes do CNRH para*
69 *a gestão dos recursos hídricos em áreas de fronteira*. Afirmou que sua concepção baseou-se em
70 relatório do GT-Diretrizes, elaborado em 2012, contendo propostas de temas para uma agenda de
71 trabalhos nos eixos horizontal, vertical e transversal para a gestão de bacias hidrográficas
72 fronteiriças e transfronteiriças. A seguir mencionou os temas abordados nas palestras e as
73 atividades desenvolvidas durante o evento e apresentou os resultados dos grupos de trabalho
74 formados para responder à questão “*Quais poderiam ser as diretrizes e orientações comuns para*
75 *a gestão de recursos hídricos em área de fronteira?*”. Concluiu sua explanação listando as
76 sugestões de encaminhamentos apontadas pelos participantes da Oficina e indicando como
77 próximos passos do GT-Diretrizes a finalização e envio do relatório da oficina para
78 considerações dos membros da CTGRHT e participantes do evento. Alguns dos presentes
79 fizeram comentários remetendo à oficina, como o **Sr. Julio Kettelhut**, que afirmou existirem
80 Comitês de Bacia Hidrográficas locais em regiões fronteiriças: dos rios Quaraí e Apa,
81 constituídos a partir do disposto em tratado. Adicionalmente, comentou a existência de
82 dificuldades no Comitê de Coordenação Local do rio Quaraí, sendo a maior delas referente às
83 deficiências decorrentes da extensão do território brasileiro, que interferem na eficiência de
84 órgãos públicos federais e estaduais. Mencionou que em território uruguaio a resposta das
85 instituições às demandas da população fronteiriça ocorre de maneira mais célere. A apresentação
86 do relatório preliminar da oficina de trabalho será incluída na pauta da próxima reunião da
87 CTGRHT. [Item 5 – Apresentação das Prioridades do CNRH/CTGRHT para 2013-2015 e](#)
88 [atualização do calendário de reuniões \(Secretaria Executiva do CNRH\)](#): A relatora da CTGRHT
89 contextualizou a seleção de temas prioritários para cada câmara técnica e explicou brevemente o
90 procedimento de indicação e votação das prioridades pelos Conselheiros do CNRH. Prosseguiu
91 informando que foi atribuído pelos Conselheiros a esta câmara somente um tema para o período
92 2013-2015: *Intercâmbio de experiências em gestão de recursos hídricos transfronteiriços*. A **Sra.**
93 **Synara Broch** afirmou que, conforme salientara em reuniões anteriores, **a indicação de apenas**
94 **um tema para discussão no âmbito da CTGRHT faz transparecer pouco conhecimento das**
95 **particularidades e a pouca importância atribuída à gestão de recursos hídricos em regiões de**
96 **fronteira**. O **Sr. Saulo Ceolin** ressaltou que a inexistência de outros temas prioritários
97 encaminhados à câmara não impede que a mesma prossiga com suas atividades, e sugeriu a
98 inclusão de outro assunto já na próxima reunião: Informe sobre a Convenção de Helsinki de
99 1992 sobre a proteção e utilização dos cursos d’água transfronteiriços e dos lagos internacionais.
100 Justificou a inserção do tema relatando que houve alteração recente para adesão de países não

101 europeus e que, apesar de não haver interesse dos países latinos neste momento, há promoção
102 ostensiva da questão em eventos internacionais. O **Sr. Félix Domingues** salientou a importância
103 de se debater o tema no âmbito da câmara técnica e o **Sr. Wilson Azevedo** solicitou que sejam
104 disponibilizados materiais contendo maiores informações sobre a referida Convenção ou mesmo
105 que se realize uma apresentação sobre o assunto. Quanto à atualização do Plano de Trabalho, o
106 presidente da CTGRHT solicitou que fossem inseridos na pauta de todas as reuniões informes
107 sobre a situação e estágio de implementação de Acordos e Tratados internacionais pertinentes
108 aos trabalhos da câmara, bem como sobre as atividades dos Grupos de Trabalho em andamento,
109 com definição de encaminhamentos concretos. Os presentes acataram a sugestão e foram
110 acordadas novas datas para as próximas reuniões. A **Sra. Synara Broch** reiterou seu convite,
111 feito durante a 60ª reunião da CTGRHT, para que seja realizada reunião em Bento Gonçalves
112 durante o XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, promovido pela ABRH. Sendo assim,
113 os membros da câmara optaram pela realização de sua próxima reunião na semana de 7 a 11 de
114 outubro, preferencialmente no dia 08 de outubro de 2013, e que a última reunião do ano seria na
115 ocasião do evento mencionado ou em dezembro, caso haja indisponibilidade dos membros. A
116 reunião prosseguiu com matéria incluída no início da reunião, Item 6 – Discussões sobre
117 eventual Grupo de Trabalho sobre o Rio Madeira: O **Sr. Alexandre Vaz Sampaio** proferiu
118 apresentação na qual relatou que as discussões, que tiveram início em reuniões anteriores da
119 CTGRHT, foram desdobradas posteriormente em reuniões realizadas em junho entre o
120 Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Águas, o Ministério das Relações Exteriores
121 e o Ministério de Minas e Energia. Em seguida, expôs a motivação para a criação de um GT
122 sobre o rio Madeira, que incluía a criação de Comitê de Bacia Hidrográfica e a gestão
123 compartilhada de informações entre Brasil, Bolívia e Peru. No entanto, tais objetivos não
124 dependeriam exclusivamente da atuação da CTGRHT, pois dependem também da mobilização
125 local e política externa. De forma a focar nas possibilidades de atuação imediatas da câmara
126 técnica, foram identificadas as reivindicações atuais da região para embasar a elaboração de
127 proposta de Moção do CNRH, cuja aprovação substituiria a necessidade de criação de GT
128 específico para o rio Madeira. A moção proposta solicita à ANA um detalhamento do Plano
129 Estratégico de Recursos Hídricos da Margem Direita do Amazonas – PERH-MDA, com foco no
130 rio Madeira e seus formadores; solicitar ao MMA a implementação das ações previstas na
131 Resolução CNRH nº 128/2011, que aprova o PERH-MDA e que deveria promover a gradual
132 criação de CBH na região; e solicita ao MRE o detalhamento do Tratado de Cooperação
133 Amazônica entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, com o enfoque de integração e desenvolvimento
134 econômica na região. Seguiu-se a análise do texto da minuta de moção e foram solicitadas
135 diversas adequações em sua redação. A representante do MME solicitou que fossem retirados da
136 minuta de moção os textos referentes a energia, conforme acordado previamente pelo MT,
137 MME, ANA e MRE. O **Sr. Antonio Felix Domingues** recomendou o acréscimo de um novo
138 artigo contendo as necessidades específicas do MT referentes à bacia do rio Madeira. Sugeriu
139 também que se observassem, no que se refere à constituição de Comitê Gestor, as Resoluções
140 CNRH nº 128/2011 e 145/2012. **Sr. Wilson Azevedo** observou que a moção traz solicitações à
141 ANA, MMA e MRE e questionou quais seriam os objetivos a serem alcançados com o seu
142 cumprimento e se, já que a proposta partiu do Ministério dos Transportes, não seria o caso de
143 solicitar ao próprio MT a realização de suas atividades previstas para a região. O **Sr. Alexandre**
144 **Vaz Sampaio** comprometeu-se a elaborar justificativa técnica para a deliberação proposta e
145 analisar as sugestões de incorporações ao texto. Não havendo outros assuntos a serem tratados,
146 as atividades do dia foram encerradas. O dia 20 de agosto de 2013 foi dedicado aos trabalhos
147 conjuntos das Câmaras Técnicas de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços e de Águas
148 Subterrâneas. Item 1 - Abertura: as atividades foram iniciadas às 09h42min pelo presidente da
149 CTGRHT, **Sr. Saulo Ceolin** e pelo **Sr. Nédio Carlos Pinheiro**, em substituição da Presidente
150 **Sra. Maricene Mattos Paixão**. Foram dados informes gerais da Secretaria de Recursos Hídricos

151 e Ambiente Urbano pelo Diretor de Recursos Hídricos, o **Sr. Marcelo Jorge Medeiros**,
152 comentando alguns temas que seriam discutidos ao longo do encontro, enfatizando a importância
153 da reunião conjunta das câmaras técnicas para o encaminhamento dos trabalhos antes de serem
154 enviados ao CNRH. Item 02 – Apresentação do Grupo de Trabalho CTAS/CTGRHT sobre a
155 proposta de Resolução “Diretrizes Gerais para a implementação do Programa Estratégico de
156 Ação do Sistema Aquífero Guarani – PEA”: A **Sra. Roseli dos Santos Souza** iniciou a
157 apresentação da proposta de resolução demonstrando alguns antecedentes, dentre eles a
158 formação do Grupo de Trabalho para elaborar propostas que balizassem as ações para a Gestão
159 do Aquífero Guarani. Item 03 – Debates e encaminhamentos: Após apresentação do Grupo de
160 Trabalho a palavra foi transferida aos representantes das câmaras técnicas para discutir a proposta
161 de resolução. O **Sr. Jorge Thierry Calasans** da Agência Nacional de Águas propôs que a
162 minuta de resolução fosse discutida na próxima reunião, tendo em vista que o Sr. Luiz Amore,
163 que foi o coordenador do projeto do Aquífero Guarani, não se fazia presente. Lembrou, também,
164 que no período da tarde haveria duas palestras que poderiam embasar a discussão da Minuta de
165 Resolução. Após debate acerca da relevância de se discutir naquele momento a referida minuta,
166 foi decidido que se iniciasse a discussão sobre a proposta de Resolução, uma vez que se tratava
167 de uma discussão inicial, sendo importante ter uma avaliação das duas Câmaras para se acordar
168 uma melhor estrutura para o documento, e em uma próxima reunião, seria continuada a
169 discussão sobre a Resolução. A **Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos** sugeriu que nos
170 Considerandos da Minuta, ao apresentar a citação das moções, optar ou não pela descrição da
171 ementa de todas. O **Sr. Jorge Thierry Calasans** colocou ainda a necessidade de reformulação
172 do último Considerando, para que não ocorra o entendimento de que o Paraguai e o Brasil
173 aprovaram o Acordo sobre o Aquífero Guarani. Sobre o escopo e o Art. 1º da Resolução, tanto o
174 **Sr. Wilson A. Bonança** quanto o **Sr. Saulo Arantes Ceolin** comentaram sobre a importância de
175 deixar claro na resolução que as diretrizes são estabelecidas para o Brasil e que fossem melhor
176 definidas as ferramentas de gestão apresentadas no §1º do Art. 1º. Com relação ao §2º do mesmo
177 artigo, o **Sr. Jorge Thierry Calasans** colocou ainda a preocupação da ANA acerca da criação de
178 unidades paralelas para gestão de aquíferos transfronteiriços, sendo necessária a avaliação da
179 permanência ou não do §2º do Art. 1º. Dando continuidade ao debate, o **Sr. Julio Thadeu S.**
180 **Kettelhut** colocou a importância de avaliar se a Resolução busca aplicar o PEA ou pretende
181 fazer a gestão do Aquífero Guarani, pois o PEA não incorpora todas as ações necessárias para a
182 gestão do referido Aquífero. Quanto ao Art. 2º e 3º e seus parágrafos, foi decidido que há a
183 necessidade de reformulação do texto, focando apenas as questões relativas ao Brasil, não
184 mencionando outros países no texto. O **Sr. Julio Thadeu S. Kettelhut** colocou que o Art. 5º
185 pode ser apresentado como Moção e não como Artigo da Resolução. A **Sra. Roseli dos Santos**
186 **Souza** informou que, considerando a proposta do representante da Agência Nacional de Águas,
187 a partir do Art. 6º o texto deveria ser revisto ou retirado na íntegra, uma vez que falam das
188 unidades de Gestão do Aquífero Guarani. Como encaminhamento deste debate inicial sobre a
189 Minuta de Resolução, será apresentada nova proposta pelo Grupo de Trabalho. O Presidente da
190 CTGRHT sugeriu que fosse realizada uma reunião com participação da ANA, Itamarati, MMA e
191 representantes dos estados que compõem o aquífero. Item 04 – Palestras: O período da tarde da
192 reunião conjunta da CTAS/CTGRHT se iniciou com a palestra da **Sra. Pilar Carolina Villar**
193 **Lainé** com o título “Busca pela Governança dos Aquíferos Transfronteiriços e o Caso do
194 Aquífero Guarani”, explanando sobre os problemas dos aquíferos transfronteiriços, o direito
195 internacional das águas doces e o caso do Aquífero Guarani, destacando a necessidade do
196 estabelecimento de programas de cooperação, identificação e formas de gestão de áreas críticas
197 do Aquífero Guarani, principalmente área de recarga transfronteiriça. Em seguida foi dada
198 continuidade às apresentações com a palestra do **Sr. Fábio Albergaria de Queiroz** com o título
199 “Hidropolítica e Segurança: As Bacias Platina e Amazônica em Perspectiva Comparada”,
200 destacando a Teoria dos Complexos Hidropolíticos de Segurança, a qual ocorre quando um

201 conjunto de Estados ribeirinhos passa a perceber o uso de sistemas hidrográficos compartilhados
202 como uma questão prioritária de segurança nacional. Este conceito abrange países que
203 compartilham sistemas hídricos tanto superficiais quanto subterrâneos, de tal maneira que as
204 relações derivadas não podem ser resolvidas de forma isolada, podendo levar tanto à cooperação
205 quanto ao conflito, que neste caso pode ser considerado de segurança nacional. Após as
206 apresentações iniciou-se os debates e questionamentos aos palestrantes com a colocação da **Sra.**
207 **Maria de Lourdes Pereira dos Santos** sobre a definição do Sistema Aquífero Guarani, havendo
208 confusão de entendimento entre água e território, como se explorar o aquífero fosse o mesmo de
209 explorar o território. Como resposta a **Sra. Pilar Carolina Villar Lainé** que a definição
210 apresentada foi retirada do tratado do Aquífero Guarani, focando apenas na questão dos recursos
211 hídricos. Após a palavra foi passada para o **Sr. Julio Thadeu S. Kettelhut** que comentou a
212 importância das palestras apresentadas e a importância da água na discussão internacional.
213 Mostrou preocupação na utilização de termo rios internacionais, sendo mais adequado a
214 utilização do termo transfronteiriço para os rios. Após o Presidente da CTCRHT **Sr. Saulo**
215 **Arantes Ceolin** passou a palavra para o **Embaixador João Luiz Pereira Pinto**, que colocou
216 que a definição do Aquífero Guarani, apresentada no acordo, foi reduzida ao sentido de recurso
217 hídrico por questão diplomática, com objetivo de dar celeridade às negociações do acordo. A
218 **Sra. Roseli dos Santos Souza** perguntou aos palestrantes em relação ao significado da
219 ratificação do Acordo Sobre o Aquífero Guarani pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e
220 como implementar as questões trazidas no acordo. Em resposta ao questionamento o
221 **Embaixador João Luiz Pereira Pinto** respondeu que a Argentina e o Uruguai já internalizaram
222 o acordo, enquanto que no Brasil o processo de ratificação foi para a Casa Civil para
223 encaminhamento ao Congresso. O Paraguai recusou o acordo, mas ainda há a possibilidade de
224 que o acordo volte a ser apresentado ao Congresso daquele país. Do ponto de vista prático, o
225 Acordo criará uma secretaria que continuará os trabalhos realizados pelo Projeto Aquífero
226 Guarani. A **Sra. Pilar Carolina Villar Lainé** comentou ainda que a ratificação do acordo será
227 um precedente importante pela criação da primeira secretaria específica de águas subterrâneas,
228 estimulando pesquisas para gerenciamento de outros aquíferos transfronteiriços. O Palestrante
229 **Sr. Fábio Albergaria de Queiroz**, colocou ainda o conceito de Água Virtual, que pode
230 contribuir para romper as barreiras regionais, sendo adotado como instrumento para
231 compensação de escassez hídrica em países como Israel, podendo ser um conceito utilizado na
232 gestão das águas no Brasil, como maior exportador de água do mundo através da produção de
233 grãos, porém com as bases e cuidados adequados para não ocorrer equívocos conceituais. Após
234 breve debate sobre a aplicabilidade deste conceito no Brasil o presidente da CTGRHT, **Sr. Saulo**
235 **Arantes Ceolin** encerrou o primeiro dia da reunião conjunta da CTAS/CTGRHT.

236

237 Ata aprovada na 62ª Reunião da CTGRHT, realizada no dia 18 de dezembro de 2013, na cidade
238 de Brasília-DF.

239

240

Saulo Arantes Ceolin
Presidente

Mirela Garaventa
Relatora

241